



## COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

### ATA NÚMERO 106/XII/2.ª SL

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 2012, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 110/XII (GOV) –“Estabelece um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013”:

- 10:00 - CGTP - IN
  - ✓ Arménio Carlos - Secretário-Geral
  - ✓ Carlos Trindade - membro da Comissão Executiva
  - ✓ Luís Leitão - membro da Comissão Executiva
- 11:00 - UGT
  - ✓ Eng.º João Proença - Secretário-Geral
  - ✓ João de Deus - Presidente
  - ✓ Aida Morais - Jurista
- 12:00 - CIP
  - ✓ Dr. Gregório Rocha Novo - Vice-Presidente do Conselho Geral
  - ✓ Dr. Nuno Biscaya - Técnico da CIP
- 14:00 - CCP
  - ✓ Eng.º João Vieira Lopes - Presidente da Direção
  - ✓ Dr. Alberto Sá e Mello - Consultor Jurídico da CCP
- 15:00 - CAP
  - ✓ João Machado - Presidente da Direção
  - ✓ Dra. Cristina Morais - Chefe de Gabinete da Direção

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), iniciou a reunião cumprimentando os representantes da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGTP-IN) presentes, Senhores Arménio Carlos (Secretário-Geral), Carlos Trindade e Luís Leitão (membros da Comissão Executiva), explicou a metodologia adotada na audição e deu a palavra aos representantes daquela confederação sindical.

Numa intervenção inicial, o secretário-geral da CGTP – IN usou da palavra no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 110/XII, concluindo que aquela iniciativa legislativa não resolve qualquer problema dos trabalhadores e das famílias, promove uma acentuada degradação das suas condições de vida e potencia a pobreza. Intervieram de seguida os Senhores Deputados Nuno Sá (PS), Clara Marques Mendes (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP) e Mariana Aiveca (BE), após o que o secretário-geral da CGTP – IN respondeu em conjunto.

A audição foi gravada em suporte vídeo e áudio e os respetivos registos estão disponíveis para consulta na página Internet do Parlamento em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudicao.aspx?BID=94230>, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Seguiu-se a audição da União Geral de Trabalhadores, representada pelo Eng.º João Proença (secretário-geral), pelo Dr. João de Deus (Presidente) e pela Dra. Aida Morais (jurista). Após uma intervenção inicial, em que o Eng.º João Proença sublinhou o facto de se tratar de uma medida de carácter transitório e excecional, não obstante ser esperado o agravamento da carga fiscal e a diminuição de rendimentos, intervieram os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), Vieira da Silva (PS), Artur Rêgo (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP) e Mariana Aiveca (BE). No final dos pedidos de esclarecimentos, o Eng.º João Proença respondeu em conjunto aos Senhores Deputados.

A audição foi gravada em suporte vídeo e áudio e os respetivos registos estão disponíveis para consulta na página Internet do Parlamento em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudicao.aspx?BID=94231>, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Pelas doze horas e dez minutos teve início a audição da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), representada pelo Dr. Gregório Rocha Novo (Vice-Presidente do Conselho Gera) e pelo Dr. Nuno Biscaya (Jurista). Após uma intervenção inicial da responsabilidade daquela confederação patronal, intervieram os Senhores Deputados Adriano Rafael Moreira (PSD), Nuno Sá (PS), Artur Rêgo (CDS-PP) e Bernardino Soares (PCP). Na resposta conjunta o Dr. Gregório Rocha Novo referiu, designadamente, que a CIP “dá como garantido que, mensalmente, verificar-se-á uma neutralidade fiscal” e fez uma chamada de atenção para as dificuldades acrescidas de aplicação da lei no que diz respeito a situações de retribuição mista e ou variável e aos contratos de trabalho intermitentes.

A audição foi gravada em suporte vídeo e o respetivo registo está disponível para consulta na página Internet do Parlamento em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=94232>, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Antes de suspender os trabalhos, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) para apresentar a proposta dos GP do PSD e do CDS-PP de calendarização da discussão, na especialidade, daquela proposta de lei, sugerindo o dia 4 janeiro (até às 18 horas) como data-limite para apresentação de propostas de alteração, e o dia 8 de janeiro para a discussão e votação na especialidade em comissão.

O Senhor Deputado Bernardino Soares (PCP) referiu que, apesar de a proposta já ser conhecida, preferia o adiamento por uma semana por considerar os prazos muito apertados.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) apresentou então a seguinte proposta alternativa: data limite para apresentação de propostas de alteração – 7 de janeiro (até às 18 horas); 9 de janeiro – reunião da comissão para discussão e votação na especialidade da proposta de lei. Submetida à votação, foi esta proposta aprovada, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e votos contra do PCP.

A reunião foi interrompida às treze horas, tendo sido retomada pelas catorze horas e dez minutos com a audição da Confederação de Comércio e Serviços de Portugal.

O Senhor Presidente da Comissão cumprimentou os representantes daquela confederação patronal presentes, Eng.º João Vieira Lopes (Presidente da Direção) e Dr. Alberto Sá e Mello (consultor jurídico da CCP) e deu-lhes a palavra.

Numa intervenção inicial, o Presidente da Direção da CCP sublinhou que, na substância, entre os contratos sem termo e os contratos a termo não há diferenças que justifiquem a diferença de regimes. Intervieram de seguida os Senhores Deputados Arménio Santos (PSD), Nuno Sá (PS), Artur Rêgo (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP) e Mariana Aiveca (BE), após o que os representantes da CCP responderam em conjunto.

A audição foi gravada em suporte vídeo e o respetivo registo está disponível para consulta na página Internet do Parlamento em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=94233>, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Por último, teve lugar a audição dos Agricultores de Portugal (CAP), representada pelo Presidente da Direção, João Machado, e pela Dra. Cristina Morais, membro da Direção. Após uma intervenção inicial, na qual disseram estar genericamente de acordo com as medidas constantes da proposta de lei em análise, mas em desacordo com a forma de aplicação, designadamente por considerarem preferível que fosse considerado o subsídio de Natal por inteiro, cujo cálculo é mais fácil, em vez de dois meios subsídios, pediram esclarecimentos os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), Vieira da Silva (PS), Artur Rêgo (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP) e Mariana Aiveca (BE). A final, o Presidente da Direção da CAP respondeu em conjunto aos pedidos de esclarecimentos formulados, sublinhando que, para o Governo, deveria ser prioritária a manutenção das empresas e dos postos de trabalho.

A audição foi gravada em suporte vídeo e o respetivo registo está disponível para consulta na página Internet do Parlamento em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheAudicao.aspx?BID=94234>, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas dezasseis horas e dez minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

**O Presidente,**



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 23 de janeiro de 2013.

## **COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO**

**Reunião de 28 de dezembro de 2012**

**Folha de Presenças**

(Ata n.º 106/XII/ 2.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Adriano Rafael Moreira  
Arménio Santos  
Artur Rêgo  
Clara Marques Mendes  
Idália Salvador Serrão  
João Figueiredo  
João Paulo Pedrosa  
José Manuel Canavarro  
Maria das Mercês Borges  
Mariana Aiveca  
Mário Ruivo  
Nuno Sá  
Pedro Roque  
Sónia Fertuzinhos  
Teresa Costa Santos  
Vieira da Silva  
Andreia Neto  
Bernardino Soares  
Emília Santos  
Nilza de Sena  
Nuno Encarnação  
Paulo Rios de Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês Teotónio Pereira  
Joana Barata Lopes  
Jorge Machado  
Miguel Laranjeiro

